

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Introdução

A agenda da Reforma Agrária não está esgotada, tampouco dá sinais de que vai exaurir-se tão cedo no Brasil. Embora com ritmo e sentido diferentes, há anos consta da agenda governamental e tem tido significativo incremento nos últimos anos. Sua importância e atualidade decorrem tanto da busca em corrigir a excessiva concentração da estrutura da propriedade, quanto da necessidade de estabelecer um instrumento de justiça social numa área em que a igualdade de direitos é débil e corre riscos, constituindo-se, assim, simultaneamente, em uma política social e econômica.

As áreas de agricultura familiar, reformadas ou não, sempre cumpriram uma importante função de abastecimento e ainda respondem pelo abastecimento alimentar de cidades de pequeno porte. Por outro lado, os assentamentos não só são promissores, como, nos locais em que se institucionalizaram, têm sido responsáveis pela elevação da renda das famílias rurais e pela melhora significativa de sua condição de vida em relação à época em que eram "sem-terra". Essa melhora afeta positivamente o desenvolvimento econômico e social do país e tem efeitos multiplicadores de emprego e renda nas respectivas regiões.

Nos últimos oito anos, as ações governamentais concentraram-se, primeiramente, nas áreas onde os conflitos eram mais agudos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Posteriormente, o governo tentou reduzir o papel do Estado na solução do problema. O melhor exemplo disso foi a criação do Banco da Terra, em 1998, com a finalidade de prover recursos para o financiamento da compra de imóveis.

Se, por um lado, o governo apregoou ter realizado a maior Reforma Agrária do mundo, por outro, os movimentos sociais vêm contestando os dados apresentados, pois estes estariam superdimensionados. No entanto, ainda que sejam descontados possíveis exageros das estatísticas de ambas as partes, não se pode negar que houve um grande avanço no processo de criação de assentamentos e de distribuição de terras.

Não é só o número de assentados, porém, que deve ser levado em consideração. Apesar da importância da Reforma Agrária, os problemas da agricultura familiar, em geral, e dos assentados, em especial, são imensos. Existe um passivo enorme em assentamentos que precisam de infra-estrutura básica, assistência técnica, instrumentos de comercialização.³³

Em sua posse, o atual ministro defendeu o assentamento, em regime de urgência, das famílias acampadas, cujo número total ainda é impreciso, variando, conforme a fonte, de 80 mil a 180 mil famílias (ou 96 mil – ver box sobre acampamentos, a seguir). Também prometeu atuar no sentido de propiciar o fortalecimento da agricul-

33. Nesse sentido, ver: Sparoveck, Gerd. *A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

tura familiar, que deverá ser, conforme prevêem as diretrizes de governo, um instrumento de justiça social e parte de um projeto maior de desenvolvimento para o país.

Desde logo, as reivindicações dos movimentos sociais, especialmente aquelas representadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pelo (MST), centraram-se na necessidade do assentamento imediato das famílias acampadas em condições precárias por todo o país e na revisão dos "entulhos autoritários" do governo passado, como a medida provisória que exclui do programa de Reforma Agrária quem participa de ocupações e impede as vistorias das terras invadidas por dois anos.

A primeira versão do programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva previa o assentamento de 500 mil famílias em quatro anos. No seu texto final, os números foram retirados e, até agora, não foi fixada uma meta. Para muitos estudiosos da questão agrária, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva criou um clima de intensa expectativa e deu novo alento aos movimentos sociais que reivindicam terra.

Os ruralistas vêm manifestando descontentamento com os rumos e dimensões das ocupações de terra e com a montagem de acampamentos de sem-terra em todo o país. A União Democrática Ruralista (UDR), que há tempos não se manifestava publicamente, retomou suas bandeiras de luta contra o que chama de ilegalidades e crimes contra o direito de propriedade. Outros grupos e associações de proprietários também têm surgido em vários locais, enfatizando, por um lado, o direito de os proprietários se armarem para a defesa de suas terras e, por outro, solicitando ao governo o cumprimento dos dispositivos legais que criminalizam as ocupações e excluem os que delas participam dos programas de assentamento rural.

A seguir, são apresentadas as principais questões e temas tratados pelos atores diretamente envolvidos com a questão agrária brasileira.

O governo

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, reconhece que no governo de Fernando Henrique Cardoso foram ampliados os limites da Reforma Agrária no país com o aumento do número de assentamentos. Nesse sentido, afirma que pretende continuar as ações de assentamento das famílias, especialmente as que estão em acampamentos, mas que o maior desafio do atual governo é de outra natureza: prover os assentamentos de condições suficientes para que possam tornar-se unidades produtivas sustentáveis.

Herança

O governo anterior informa ter deixado recursos orçados para 2003 suficientes para o assentamento de 37 mil famílias, o que é contestado pela equipe técnica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá): os recursos previstos, na melhor das hipóteses, seriam suficientes para assentar menos de 10 mil famílias. A fim de atingir a meta prometida pelo presidente da República para este ano (60 mil famílias), em discurso perante os trabalhadores rurais durante a jornada que encerrou o evento "O Grito da Terra", organizado pela Contag para a apresentação de sua pauta anual de reivindicações ao governo, a direção do Incra acredita que se deve obter recursos em outras fontes e baratear os custos dos assentamentos.

No intuito de conter a pressão dos movimentos sociais, o governo federal anunciou a desapropriação de 203 mil hectares de terra em 17 estados para o assentamento de 5.500 famílias, o que representa apenas 5% da demanda emergencial. Entretanto, o que deve complicar a intenção do atual governo em acelerar os assentamentos reside no baixo estoque de terras já disponibilizados para essa finalidade. De fato, como apontado no número 6 deste periódico, nos últimos anos o processo de obtenção de terras pela via da desapropriação foi desacelerado. As vistorias e emissões de laudos – parte crucial do processo de desapropriação – ficaram praticamente paralisadas. O processo desapropriatório é longo e exige o cumprimento de um extenso rol de quesitos que não podem ser ignorados sob pena de comprometerem todo o procedimento. Segundo o Incra, do momento da identificação de um imóvel até a emissão de posse para a União – quando então o processo de assentamento pode ser iniciado – decorre um prazo médio de oito meses a dois anos.

Principais medidas implementadas

- Extinção do Banco da Terra. No entanto, o financiamento da "reforma agrária de mercado" não vai acabar. A equipe do ministério prepara um novo projeto de crédito fundiário.
- Retirada da página do ministério na internet dos nomes dos 25 trabalhadores rurais anteriormente excluídos dos programas de Reforma Agrária por terem participado de ocupações de terra ou de prédios públicos.
- Fim da inscrição via correios dos sem-terra interessados nos programas de Reforma Agrária.
- Mudança, pelo Incra, da tabela por meio da qual mede a produtividade da criação de gado nas fazendas que vistoria para fins de Reforma Agrária. A mudança corrigiu uma distorção que prejudicava criadores de novilhos precoces – animais criados em sistema de engorda rápida. Com a alteração, áreas antes consideradas improdutivas agora podem ser consideradas produtivas. As tabelas do Incra – tanto a antiga quanto a nova, publicada em abril deste ano – consideram que, quanto mais velho o animal, mais unidades animais ele representa. Para ser considerado produtivo, o fazendeiro deve ter um número mínimo de unidades animais por hectare. Caso as unidades animais da fazenda fiquem abaixo desse número, esta pode ser desapropriada. O problema é que a tabela antiga considerava só a idade do boi, sem levar em conta a rapidez da engorda. Assim, um novilho com 24 meses pronto para o abate valia o mesmo que um boi com a mesma idade, mas com pouco peso. Agora, os novilhos precoces são uma categoria à parte e valem mais unidades animais que os bois criados de forma extensiva.
- Liberação de alimentos para famílias que estão vivendo em acampamentos, a maior parte deles no Nordeste. Uma parceria firmada entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), e da Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), a Ouvidoria Agrária Nacional do Incra e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vai garantir a distribuição, durante três meses, de cestas básicas a 60.756 famílias, em 637 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra. A idéia, que faz parte do conjunto de políticas do Programa Fome

Zero, do governo federal, visa atender agricultores que aguardam o acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária e não possuem meios de se manter.

- Criação da Comissão de Combate à Violência no Campo, constituída por representantes do MDA, do Incra, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, dos Ministérios da Justiça e da Agricultura, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), da Casa Civil, da Polícia Federal e da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Fundação Cultural Palmares, da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Procuradoria Geral da República, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil, dos Ministérios do Planejamento e das Relações Exteriores, do Conselho Federal da OAB, da Associação de Magistrados Brasileiros, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), do Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. A comissão tem por objetivo discutir ações contra extração ilegal de madeira, tortura, trabalho escravo, tráfico de drogas, assassinatos e impunidade, milícias armadas, ocupação de terras públicas ou grilagem, e de desarmamento e proteção a pessoas envolvidas em conflitos no campo. Sua formação se deveu a pressões da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – ambos ligados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – e do MST.
- Renegociação das dívidas dos agricultores familiares. Outra medida importante foi a edição da Medida Provisória no 114, que renegociou dívidas no total de R\$ 1,8 bilhão, beneficiando mais de 330 mil agricultores. Com a decisão, foram privilegiados, principalmente, os agricultores familiares assentados pelo Programa da Reforma Agrária. Do total, R\$ 1,3 bilhão corresponde a dívidas enquadradas no Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Proce-ra). Os beneficiados ganharam novo prazo para começar a pagar as dívidas. A primeira parcela dos financiamentos, que deveria ser quitada agora, foi transferida para 30 de junho de 2006. Além disso, o prazo de quitação aumentou de quinze para dezoito anos. Foram mantidas as condições do financiamento: desconto de 70% por prestação e juros de 1,15% ao ano.
- Manutenção, pela MP nº 14, da renegociação dos financiamentos contraídos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Podem ser renegociadas as dívidas contraídas entre 2 de janeiro de 1998 e 30 de junho de 2000 até o valor de R\$ 15 mil. Essa renegociação vale para os contratos financiados pelo Fundo Constitucional da Região Norte (FNO), pelo Fundo Constitucional da Região Nordeste (FNE) e pelo Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste (FCO) e mantém o desconto de 8,8% na prestação e juros de 3% ao ano. O prazo para pagamento permanece o mesmo do contrato original. No primeiro semestre de 2003, foi aplicado apenas uma vez, no município de Tracunhaém, em Pernambuco, o dispositivo da Medida Provisória editada por Fernando Henrique Cardoso que proíbe por dois anos as avaliações e vistorias em terras invadidas. O item que trata da exclusão do Programa de Reforma Agrária daqueles que participarem de ocupações não foi aplicado. Segundo o Incra, caberia ao proprietário vítima do esbulho possessório fornecer à autarquia a relação nominal dos infratores.

- Início de processos de desapropriação. O governo ainda não assentou sem-terras neste ano, mas iniciou processos de desapropriação que, quando forem completados, permitirão o assentamento de cerca de 6 mil famílias. O Incra só pode assentar uma família depois de sair a emissão de posse do terreno. O governo decretou a desapropriação de áreas que totalizam 197 mil hectares, mas ainda não houve a emissão de posse de nenhuma área (algumas tiveram a desapropriação contestada na Justiça).

O Incra anunciou novas medidas para tentar aumentar o estoque de terra disponível para a Reforma Agrária. O governo poderá trocar eventuais dívidas de empresas e proprietários rurais com a Previdência ou instituições bancárias por terra. O Incra estuda ainda a possibilidade de assumir o pagamento das indenizações por benfeitorias em terras devolutas (atribuição dos estados) em troca da cessão dessas áreas pelos governos estaduais para o programa de Reforma Agrária.

Outra medida é a retomada pela União das propriedades com áreas acima de quinze módulos fiscais, sem registro de posse, localizadas a até 150 km de qualquer fronteira internacional do país. O módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, de acordo com a região.

O aumento da demanda por alimentos provocado pelo programa de segurança alimentar Fome Zero será atendido pela agricultura familiar.

Propostas de ação

- Fortalecimento das políticas de extensão rural para melhorar a produção e a produtividade dos agricultores familiares por meio de um modelo articulado de assistência técnica com os estados e municípios, centrado nas vocações e potenciais de cada região.
- Realização de uma extensa auditoria no Incra a fim de reestruturar o órgão.
- Definição de um novo Plano Nacional de Reforma Agrária.
- Cadastramento das famílias acampadas em todo o país, a fim de que se conheça o número efetivo de famílias que aguardam assentamento.
- Inovação de mecanismos de obtenção de terras para a Reforma Agrária. Entre esses mecanismos tem-se as seguintes possibilidades:
 - a) o pagamento das dívidas dos proprietários devedores do INSS e de bancos públicos seriam negociado com terras;
 - b) as terras de área pública, localizadas na faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira com outros países, cujos proprietários não apresentem o registro de posse, seriam retomadas;
 - c) todos os proprietários de imóveis com mais de 10 mil hectares teriam de apresentar documentação, sob o risco de perder suas terras; e
 - d) as áreas presumivelmente devolutas dos estados poderiam ser alvo de Reforma Agrária: os governos estaduais disponibilizariam as terras e o governo federal encarrega-se-ia de implementar os projetos de assentamento.

Os movimentos sociais

Os sem-terra

Desde a vitória eleitoral do atual governo, o meio rural brasileiro tem assistido o re-
crudescimento das ações que reivindicam a ampliação e o aceleração do Programa
de Reforma Agrária. Encontram-se em atividade no campo mais de três dezenas de
diferentes organizações de sem-terra, embora as mais importantes ainda sejam aquelas
vinculadas à Contag e ao MST. A atual onda de protestos e reivindicações guarda
uma similaridade àquela verificada logo após a ocorrência das mortes de trabalhadores
rurais sem-terra em Eldorado de Carajás, que ainda hoje motivam os sem-terra na
promoção de atos públicos pela Reforma Agrária, mas apresenta, também, algumas
diferenças básicas. Em primeiro lugar, tais manifestações representam menos um pro-
testo antigovernamental e mais uma cobrança pela realização do que entendem ser
um compromisso histórico do partido do governo: a promoção de uma Reforma
Agrária ampla e rápida. Outra diferença está na orientação dada pelo MST aos seus
membros para que cessem as ocupações de prédios públicos, embora tenham realiza-
do ações desse tipo nos primeiros meses do ano, quando foram ocupadas agências
bancárias e escritórios regionais do Incra.

Em 1998, a fim de encerrar as ações de ocupações de terras e de prédios públi-
cos, o governo deu início à implementação de uma série de medidas com o objetivo
de conter as manifestações de conflito. Assim, em maio de 1998, o então ministro da
Justiça, Renan Calheiros, anunciou a abertura de três inquéritos policiais contra líde-
res do MST, acusando-os de incitação à violência e saques. Em setembro do mesmo
ano, o presidente Fernando Henrique Cardoso comparou o movimento a "um grupo
de assaltantes comuns". Entretanto, a medida mais dura veio em abril de 2000, com a
edição da medida provisória que tornou indisponíveis para qualquer providência de
Reforma Agrária, por dois anos, as propriedades invadidas (MP nº 2.027/38, de 4 de
maio de 2000, atualmente MP nº 2.183/56, de 24 de agosto de 2001).

MP nº 2.027/38 (atualmente MP nº 2.183)

Essa MP proíbe, por dois anos, as avaliações e vistorias em terras invadidas e ex-
clui do Programa de Reforma Agrária os que participarem de ocupações, além de
suspender os processos em tramitação durante as ocupações.

Esse dispositivo vinha sendo apontado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrá-
rio (MDA) e pelo presidente do Incra como um empecilho para a Reforma
Agrária. No entanto, os estudos para sua revogação estão, pelo menos por enquanto,
suspensos, a fim de manter sob controle a desconfiança dos ruralistas em relação ao
governo petista.

O relacionamento entre o governo e os movimentos sociais – em especial a Con-
tag, o MST e a Pastoral da Terra –, em anos recentes, foi sempre eivado de ambigüi-
dades. De certa forma guardam uma relação de dependência funcional: o governo
reage às pressões e os movimentos sociais não sobrevivem sem as políticas públicas e a
boa vontade do governo para com suas reivindicações, mesmo que nunca possa aten-
dê-las em sua plenitude. Ao relacionamento conturbado por mútuas acusações de
incompreensão e intolerância ao fim do governo de FHC, abriu-se, na perspectiva
dos movimentos sociais, uma nova e promissora era de negociações, quando enfim as

principais demandas dos sem-terra e dos agricultores familiares – assentados ou não – seriam rapidamente equacionadas. De início, os representantes do MST, por exemplo, prometeram dar uma trégua ao governo até que fosse organizado o novo ministério e os demais órgãos públicos que atuam no setor. Contudo, tanto a disputa interna no âmbito do MST quanto a pulverização de organizações resultaram no aumento de ocupações e na revitalização dos conflitos agrários.

Os acampamentos

Levantamentos realizados até fevereiro de 2003 apontavam a existência de cerca de 400 mil pessoas vivendo debaixo de barracos de lona e à beira de estradas vicinais à espera de projetos de assentamento a serem implantados pelo governo. No total, entre todos os movimentos, somavam 871 acampamentos e 96 mil famílias.

Esses números resultaram de levantamentos independentes realizados, nos dois primeiros meses do ano, pela Contag e pelo Dataluta (banco de dados mantido pelo Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista – Unesp, e mostram os seguintes resultados:

- Segundo o Dataluta, apenas do MST foram contabilizadas 62,1 mil famílias acampadas, o equivalente a cerca de 260 mil camponeses sem terra, em 496 pontos. Desses, 74 mil estão em Pernambuco e 33 mil, em Goiás.
- A Contag computou outras 33,8 mil famílias, espalhadas em 375 acampamentos. Minas Gerais (7.456) e Mato Grosso do Sul (6.900) têm o maior número de famílias de sem-terra ligadas à entidade.

No entanto, desde então, segundo notícia a imprensa em todo o país, o número de acampados e acampamentos tem aumentado muito, inclusive como resultado da crise de empregabilidade nos centros urbanos.

No Paraná, centenas de famílias de trabalhadores rurais “brasiguaios”, que estão sendo expulsas do Paraguai, têm vindo formar novos acampamentos na periferia da cidade de Sete Quedas, extremo sul do Mato Grosso do Sul, e para tanto contam com o apoio logístico do MST. Em abril deste ano, já eram cerca de 500 famílias ou 2.500 pessoas.

Presidente Epitácio, cidade de 40 mil habitantes do Pontal do Paranapanema (SP), foi sitiada por seis acampamentos de sem-terra, os quais já têm 4 mil famílias inscritas. Os acampamentos têm o mesmo porte de outros espalhados pelo país, mas seu perfil e ritmo de crescimento são diferentes. Os acampamentos têm atraído pessoas depois da promessa de "Reforma Agrária pacífica" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Muitas delas nunca participaram de movimentos agrários. Os novos sem-terra dizem querer trocar o desemprego e a falta de perspectivas nas cidades por um espaço no campo para trabalhar.

Em junho deste ano, os dois movimentos que organizam os acampamentos, o MST e a recém-criada União dos Movimentos Sociais pela Terra e Fome Zero (Uniterra) contabilizavam, juntos, a média de 130 novos cadastros diários.

A Uniterra surgiu da união do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mast), do Movimento Sem-Terra Nova Força (MNF), do Movimento Terra Viva (MTV), do Movimento Associação Renovadora Sem-Terra (ARST) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MTRSTB).

O líder do MST, João Pedro Stédile, em 24 de junho último, disse, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, que os sem-terra vão continuar invadindo propriedades rurais no país agora que o Partido dos Trabalhadores (PT) chegou à presidência "não para afrontar o governo Lula, mas para ajudá-lo a fazer a Reforma Agrária no país". Na opinião do principal dirigente do MST, o governo brasileiro ainda exhibe uma posição ambígua em relação aos principais problemas do país e por isso mesmo pode ser classificado como um governo em disputa.

João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, prefere criticar a "lentidão" do governo Lula. "Nós estamos preocupados com a demora. Já se passaram 30 dias e até agora não foi tomada nenhuma atitude concreta em relação à Reforma Agrária".

Com a decisão do governo de não alterar os dispositivos da MP que impede a vistoria de áreas invadidas, as organizações sociais mudaram de tática: invadem terras que não são o alvo real das desapropriações para reivindicar vistorias e Reforma Agrária em outros locais. De outra parte, buscam legitimidade de suas ações junto à sociedade, defendendo as ocupações como um "direito do cidadão". Por isso mesmo elas continuarão, independentemente da medida provisória, baixada pelo governo passado, que criminaliza as ocupações de terra. "O problema da medida provisória é do governo". "O nosso problema é organizar os trabalhadores no campo", tem afirmado Stédile. A única determinação da direção nacional do MST é de que não sejam mais ocupados prédios públicos. "Mudou a orientação do governo e agora temos um governo simpático", justificou o líder. Para ele, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudou a correlação de forças na questão da Reforma Agrária. "Agora há o latifúndio de um lado contra a soma de esforços dos movimentos sociais e de um governo popular do outro".

Uma das áreas onde o conflito agrário se faz presente de maneira crescentemente acentuada é conhecida como "Pontal do Paranapanema", localizada no Estado de São Paulo. Desde o início do ano, as ocupações se sucedem, organizadas tanto pelo MST quanto por outras organizações.

O coordenador do MST no Pontal do Paranapanema nega que as ocupações tenham o objetivo de pressionar o governo federal, mas confirma que alguns acampados vêm das cidades e a maioria deles é formada por desempregados. Informa que o MST procede à triagem dos interessados só encaminhando aos acampamentos os que têm "perfil para a agricultura". Está em andamento a proposta de se formar na região um grande acampamento, com cerca de 5 mil famílias.

Em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, a desapropriação de um imóvel com 13,2 mil hectares provocou o agravamento de tensões na região. Por um lado, os ruralistas conseguiram na Justiça uma liminar que suspendeu o processo de desapropriação a partir de alegações de que o processo de vistoria do imóvel não cumpriu com todas as exigências legais, o que teria comprometido a legalidade do processo desapropriatório.³⁴ Com isso, teria sido "inadequadamente" classificado como improdutivo. Por outro lado, os sem-terra alegam que o imóvel seria de fato improdutivo e apto para o assentamento de 587 famílias.

34. Aliás, decisão recente do STF confirmou a liminar anteriormente concedida em favor dos proprietários.

Em Pernambuco, onde atualmente se concentra o maior número de ocupações, a liderança local do MST resolveu agir por conta própria, ou seja, propôs-se a realizar assentamentos por conta própria. Numa iniciativa inédita, iniciou, à revelia do Incra e da Justiça, o parcelamento do Engenho Bonito, em Condado, na zona da mata norte de Pernambuco. Os sem-terra decidiram dividir os 1.080 hectares ocupados há sete anos entre 80 famílias. Cada uma receberá um lote de oito hectares para plantio, além de um hectare na agrovila, onde poderão construir suas casas e criar animais. O "pré-assentamento" prevê, ainda, duas áreas coletivas de 50 hectares cada e outros 40 hectares que serão destinados a atividades de lazer, com direito a praça e campo de futebol. Outros 216 hectares, 20% da área total, serão de reserva ambiental. O procedimento reproduz basicamente todas as etapas de criação de um assentamento oficial, só que sem anuência do poder público. O MST debita essas ações ao que as lideranças locais chamam de "inoperância do Incra", que não realizou nenhum assentamento no estado neste ano. Para o superintendente do Incra em Pernambuco, o sucateamento do órgão impede que haja agilidade nos processos de vistoria.

Estados com mais ocupações: primeiro semestre de 2003

Pernambuco – 42 ocupações – é o estado campeão no ano. Foi palco de um dos episódios mais violentos, ocorrido no engenho Prado, em Tracunhaém. Trabalhadores ligados ao MST depredaram o lugar em represália às agressões que os ocupantes da área teriam sofrido há mais de 7 anos por parte de seguranças dos proprietários.

Paraná – 24 ocupações – no Noroeste do estado, fazendeiros criaram o Primeiro Comando Rural para defender suas terras. O nome foi inspirado no Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa de São Paulo.

São Paulo – 16 ocupações – a situação é mais tensa no Pontal do Paranapanema. Em volta de Presidente Epitácio, há seis acampamentos de sem-terra, que têm no total 4 mil famílias cadastradas.

Minas Gerais – 10 ocupações – no norte do estado, o MST já fez três ocupações desde abril de 2003 e planeja invadir, "no mínimo", mais oito fazendas até o fim do ano. A justificativa é de que na região haveria muitas terras devolutas.

Mato Grosso do Sul – 7 ocupações – grandes fazendas existentes no estado são um foco de tensão com os sem-terra, que reivindicam a desapropriação de algumas delas. Um dos alvos são as 46 propriedades do reverendo Sun Myung Moon.

Nota: Situação até 5 de junho – depois dessa data outras ocupações ocorreram.
Fonte: Incra e Ouvidoria Agrária Nacional.

Os ruralistas

Os ruralistas vêm se posicionando firmemente contra as ocorrências de ocupações de terras, de bloqueio de estradas e de postos de pedágio promovidas pelos sem-terra. Cobram do governo o cumprimento dos dispositivos legais que penalizam as ocupações e seus agentes. Para muitos deles, o governo, em especial o ministro do MDA, estaria sendo conivente com o crime. Segundo relatos da imprensa, estariam descon-

tentes com os atuais ocupantes de cargos de direção do MDA, identificados como comprometidos com os sem-terra.

Em São Paulo, sobretudo a UDR vem se posicionando contra as ocupações e defendendo a contestação das desapropriações junto ao Judiciário: todos os fazendeiros que tiverem suas fazendas invadidas serão orientados a protocolar petições no Inca para forçar na Justiça o cumprimento da medida provisória. Além disso, defende o direito dos proprietários de apelarem para as armas em defesa de suas propriedades.

Os ruralistas mostram-se inconformados com as ocupações e os acampamentos promovidos pelos sem-terra na região do Pontal de Paranapanema e acusam o governo de estar sendo conivente com a presumida ilegalidade praticada pelos sem-terra. Como grande parte das terras da região ainda pertence ao governo estadual, o processo de regularização defendido pelos ruralistas contrapõe-se ao pretendido pelos sem-terra. A proposta mais recente do governo de São Paulo prevê a regularização de posse nos imóveis rurais inseridos em áreas devolutas e que não sirvam para assentamentos, limitada às áreas com até 500 hectares. Os detentores da posse terão de pagar pelas terras. As fazendas com áreas maiores poderão ser regularizadas desde que seus detentores entreguem 35% das terras ao estado para assentamento ou paguem o valor correspondente. A contrapartida pode ser dada com a aquisição de terras aptas a assentamentos. A UDR propôs uma compensação equivalente a 10% da área, que o governo estadual considerou irrisória.

Mais recentemente, após o anúncio de um encontro entre Luiz Inácio Lula da Silva e representantes do MST agendado para o dia 7 de julho, entidades ruralistas decidiram exigir também uma audiência com o presidente, temendo uma "convulsão no campo". A UDR e o Movimento Nacional de Produtores (MNP) irão enviar ofícios ao Palácio do Planalto solicitando que seja agendada, sob caráter de urgência, uma audiência com Lula.

Um importante bloco de representação dos interesses dos produtores rurais está articulado na CNA, que possui 62% de seus associados com o perfil de agricultura familiar. Por isso, com interesse direto em acessar os empréstimos do Pronaf – sobretudo as linhas D e E – só têm se manifestado em relação ao crédito rural. Tem reafirmado seu apoio à desburocratização e ao aumento do volume de linhas de crédito que os beneficiem. Mas também não gostaria que os grandes agricultores “ficassem desprotegidos”, daí também defenderem a permanência e a aplicação da MP nº 2.183/56.

Justiça

O Supremo Tribunal Federal (STF), recentemente, considerou legal MP antiocupações. Nesse sentido deve publicar em breve no Diário da Justiça a decisão tomada em abril de 2002 que deu aval para a medida provisória editada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso que suspende por dois anos as vistorias em terras rurais invadidas. Essa decisão resultou do questionamento de inconstitucionalidade que lhe foi encaminhado pelo PT e pela Contag. Com a publicação, oficializa-se a posição do STF contrária às ocupações.

No entanto, a maioria dos ministros entendeu que o direito à propriedade não tem caráter absoluto e os proprietários têm o dever de cultivar as terras e explorá-las adequadamente, sob pena de desapropriação. Apesar desse entendimento, eles concluí-

ram que o processo de Reforma Agrária numa sociedade democrática não pode ser adotado pelo uso arbitrário da força e pela prática de atos ilícitos, mesmo que envolvam terras improdutivas. Os ministros também consideraram que o Estado não pode aceitar passivamente práticas ilegítimas de invasão de propriedades. Também ficou decidido que os imóveis com laudos de improdutividade, mesmo quando ocupados, não serão enquadrados nos dispositivos da MP nº 2.283/56, podendo ter continuidade o processo de assentamento.

O Ministério Público Federal vai investigar todos os projetos supostamente irregulares de assentamentos de famílias de trabalhadores rurais com recursos financiados pelo Banco da Terra. A primeira etapa da apuração dos procuradores da República será realizada com base em documentos referentes a empreendimentos nos quais foram identificadas “graves irregularidades”, como superfaturamento, descontrole no repasse de verbas, falta de mecanismos de gerenciamento, aprovações em massa de projetos sem fiscalização e ausência de banco de dados com valores de glebas.

O STF suspendeu, por meio de liminar, a primeira desapropriação do governo Luiz Inácio Lula da Silva no Rio Grande do Sul, por considerar irregular a vistoria que concluiu pela sua improdutividade. A fazenda, denominada "Estância do Céu", possui 13 mil hectares e fica no município de São Gabriel. Os donos da propriedade argumentaram que foram informados de que a vistoria ocorreria entre 4 e 6 de dezembro de 2002, mas barreiras de produtores rurais teriam impedido a chegada dos técnicos ao local e a vistoria teria então ocorrido no dia 14 do mesmo mês. Os proprietários dizem não terem sido comunicados da nova data. Outra irregularidade alegada pelos donos é que a vistoria teria demorado uma tarde, quando deveria ter durado ao menos quinze dias. Foi contestada também a conclusão sobre a improdutividade da terra. Os donos dizem que o imóvel tem um dos melhores índices nacionais de produtividade.

O aumento dos conflitos e da violência no campo

A CPT divulgou levantamento que mostra que até a primeira semana de junho vinte pessoas tinham sido assassinadas em conflitos agrários. O dado é preocupante e sinaliza fortemente para o aumento da violência rural, inclusive relativamente ao ano passado (no primeiro semestre de 2002, a CPT contabilizou a morte de 13 pessoas). As ocupações de terras, se comparadas ao mesmo período do ano anterior, também mais que dobraram.

Para o presidente da CPT, Dom Thomás Balduino, o aumento da violência decorre da medida provisória antiinvasão. Em certo sentido, essa MP “autorizaria” a criação de milícias armadas de fazendeiros. O quadro também se agrava por conta da falta de uma proposta concreta do governo para acelerar o processo de Reforma Agrária. Para os ruralistas, a violência decorre, principalmente, da não-aplicação pelo MDA/Incrá dos dispositivos da MP antiinvasão.

O ouvidor agrário nacional, Gersino José da Silva Filho, contesta os números da CPT, afirmando que o governo registrou nove mortes em conflitos agrários. "A diferença dos nossos números é pelo fato de adotarmos alguns critérios, como só reconhecer como crime agrário os descritos em relatórios da polícia, enquanto que os critérios da CPT são subjetivos", disse, reconhecendo que, ainda assim, os números são preocupantes.

Considerações finais

As ações implementadas nos últimos anos com vistas a acelerar e dar maior qualidade ao Programa de Reforma Agrária não têm sido suficientes seja para reverter o quadro de pobreza e exclusão característico de grande parte do nosso mundo rural, seja para eliminar os focos de conflito. O enfrentamento das dificuldades presentes no campo deve, necessariamente, envolver um conjunto de medidas e concessões a ser assumido pelos diferentes grupos sociais envolvidos na questão agrária: os trabalhadores rurais sem terra, os acampados, os assentados, os ruralistas, o governo e os poderes Legislativo e Judiciário.

Alguns estudos, baseados em levantamentos diretos, concluem que o processo de modernização de pequenos produtores assentados em projetos de Reforma Agrária tem sido seletivo e excludente, sendo resultado de fatores de ordem tanto técnico-econômica quanto cultural.

A intervenção do Estado na questão agrária, hoje, justifica-se econômica, social e politicamente. Por um lado, a Reforma Agrária constitui mecanismo importante na geração de empregos permanentes, a um custo relativamente baixo, podendo, no longo prazo, contribuir para o crescimento do produto agrícola. Por outro lado, é imperativa para a resolução dos conflitos agrários, além de representar para os seus beneficiários oportunidade concreta de inclusão social e cidadania.

Nesse contexto, estão imbricadas duas questões importantes para a agricultura e para o desenvolvimento do país: por um lado, o destino dos assentamentos promovidos pelo Estado, sobretudo em projetos de Reforma Agrária e, por outro, a necessidade de esse mesmo Estado apoiar o fortalecimento e a consolidação da produção agrícola familiar em geral.

